

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar – ETP, a fim de subsidiar eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Expediente para o exercício de 2024 da Prefeitura Municipal de Itabaiana.

Órgão Solicitante: Secretaria de Administração

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Almojarifado

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade da contratação pauta-se na realização de gasto de custeio com funcionamento da estrutura administrativa, a fim de proporcionar condições ideais para o desenvolvimento das atividades administrativas internas, bem como junto aos munícipes.

A realização de contratação para fornecimento de Material de Expediente, justifica-se em razão do fim da vigência do último procedimento licitatório realizado para o ano de 2023, cuja expiração se dará em meados do mês de maio.

O objeto deste ETP não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, mas sim de itens comuns e indispensáveis na realização de serviços afetos à gestão.

2. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Tendo em vista tratar-se de demanda simples, óbvia e repetitiva, da qual já se encontra parametrizada no Catálogo Nacional de Padronização, qual seja a aquisição do material necessário, atentando-se, tão somente, para a necessidade de uma compra integralizada, entre os órgãos que compõem a presente municipalidade, com fins de prover a competente economia de escala.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Material de Expediente, caracteriza-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

A adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços enquadra-se perfeitamente nos perfilhados do Art. 3º, incisos I, II e III, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, pela conveniência da aquisição parcelada dos bens, já que são adquiridos frequentemente, como também em função do desconhecimento da quantidade a ser efetivamente adquirida, somente podendo ser a mesma estimada, proporcionando melhor planejamento dos gastos públicos.

Salvo melhor entendimento, o Pregão Eletrônico pelo sistema de Registro de Preço, e critério de julgamento Menor Preço, em razão da sua vantajosidade, é o que se adequa às necessidades da Administração em suprir o estoque de Material de Expediente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A realização desta contratação observará os princípios da celeridade, da economicidade e da razoabilidade, mediante realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico pelo sistema de Registro de Preço, pelo critério de julgamento Menor Preço, de acordo com a Lei 14.133/21 e o Decreto 11.462/23.

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/21.

- O prazo de entrega dos produtos é de no máximo 15 (quinze) dias, contados do(a) recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, ou ainda outro documento equivalente, em remessa parcelada, nos respectivos endereços a serem indicados no Edital da pertença licitação.
- Os produtos serão recebidos e conferidos por servidores designados pela Autoridade Competente que atestarão o recebimento através de aposição de carimbo na Nota Fiscal.
- Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - . efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca e procedência*;
 - . responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - . substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - . comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - . manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - . indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- Nos termos do art. 170 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- . A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa a que se pretende é a constante no Plano de Contratações anuais, atinentes aos itens pertencentes ao intervalo fechado de 6335 a 6533.

A estimativa do valor total da contratação extraída do PCA, é, de aproximadamente, R\$ 4.719.009,00 (Quatro milhões, setecentos e dezenove mil e nove reais).

7. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será por item, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, permitindo que empresas distintas sejam contratadas, provocando estímulo à competitividade e por consequência, provocando propostas mais vantajosas para a administração.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Há o alinhamento entre a contratação e o planejamento deste órgão, tendo em vista que a contratação do objeto está prevista no intervalo fechado de 6335 a 6533, do catálogo de materiais do PCA 2024 e na Lei Orçamentária Anual.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se suprir a demanda por Material de Expediente, de forma a garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas e administrativas continuamente, de modo eficiente e confiável. Alcançando a conciliação entre menor custo e melhor qualidade possíveis, suprimo adequadamente as necessidades da Prefeitura Municipal de Itabaiana/SE.

11. PROVIDÊNCIAS

Não há providências a serem tomadas, apenas cuidando-se para que se promova a contratação de forma tempestiva a fim de que não se incorra em execução indevida.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Com a escolha pelo Pregão Eletrônico, por ser de forma eletrônica, espera-se a redução do uso do item papel, com consequente redução do impacto ambiental ao longo desta contratação.

13. CONCLUSÃO

Assim, diante de todo o exposto e em prol do interesse público, entende-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento de material de expediente atende a necessidade a que se destina, sendo, portanto, viável a contratação.

Itaboraí, em 31 de maio de 2024

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Wedna dos Santos Cruz
Wedna dos Santos Cruz

31.5